

## COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2016 (Da Sra. Leandre)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir as medidas de redução de custos e reingresso de servidores que se viram obrigados a deixar os planos da GEAP – Autogestão em saúde

## Senhora Presidente:

Nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para discutir as medidas de redução de custos e reingresso de servidores que se viram obrigados a deixar os planos da GEAP – Autogestão em saúde, bem como o ingresso de novos assistidos, com os seguintes convidados:

- Sr. ARTUR DE CASTRO LEITE JÚNIOR Diretor Executivo da GEAP;
  - Dr. LUIZ FERNANDO SILVA Assessor Jurídico da FENASPS;
  - Sr. ELISEU PADILHA Ministro Chefe da Casa Civil;
  - Sr. DYOGO OLIVEIRA Ministro de Estado do Planejamento,
    Desenvolvimento e Gestão



## **JUSTIFICATIVA**

A Geap/Saúde, plano de saúde da imensa maioria dos servidores públicos federais dos ministérios da Saúde, Trabalho, Previdência e INSS tem reajustado as contribuições dos servidores, de 2013 até o presente momento, sendo o último determinado pela Resolução GEAP/CONAD nº 99, de 17 de novembro de 2015, que caracterizou flagrante abusividade, e acabou por fazer com que milhares de servidores ativos, aposentados e pensionistas – sem qualquer condição financeira de adimplir com tais contribuições sem prejuízo do seu próprio sustento e o de seus familiares – se vissem forçados a optar por seu desligamento da instituição ou mudança de plano.

Nesse período, de fevereiro a junho de 2016, houve mudança no estatuto da Geap/Saúde, fazendo com que a presidência do CONAD passasse para a administração dos assistidos, permitindo um acordo em que o reajuste ficou fixado no patamar de 20%, reconhecendo que esses desligamentos, em fevereiro de 2016, chegam a uma média de 6.000 (seis mil) casos ao mês, contingente este que seria substancialmente maior se não fosse o esforço empreendido pelas entidades sindicais representativas dos servidores, no sentido de convencê-los à realização de um esforço financeiro adicional para a manutenção dos seus vínculos com a GEAP, enquanto estas entidades procuravam formas de redução dos abusivos aumentos mencionados acima.

Some-se a este quadro grave o fato de milhares de servidores encontrarem-se em pleno tratamento continuado de doenças, algumas graves, de modo que seu desligamento da GEAP lhes traria sérios prejuízos à continuidade destes tratamentos, com riscos evidentes a suas próprias vidas, fazendo com que muitos servidores fossem obrigados a recorrer a empréstimos para poderem se manter no plano.

Posteriormente, foi alterado em junho do corrente ano, a presidência do CONAD, voltando às mãos do governo. Com isso, o reajuste retornou para uma alíquota acima de 37,55%, até o patamar de 1.330%. Ainda, no período de



outubro de 2015 até junho de 2016 saíram do plano por falta de condições de pagamento mais de 40.000 beneficiários, o que está tornando o plano inviável.

Em face dessas considerações, sublinhamos a importância da audiência pública ora requerida, a qual esperamos que seja aprovada pelos nobres colegas desta Comissão e realizada o mais breve possível.

Sala das Comissões, em de outubro de 2016

Deputada Leandre PV/PR